



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

O ENSINO DO DIREITO, COMO DE QUALQUER CIÊNCIA, ASSENTA NA INVESTIGAÇÃO, E NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TEM SIDO CONSIDERADA ESSENCIAL, TANTO PARA DOCENTES COMO PARA ESTUDANTES.



Investigação científica em Direito

O tradicional apoio institucional à investigação começou por ter a sua maior visibilidade no crescimento e organização da Biblioteca jurídica, instalada desde o início deste século num novo edifício com indiscutível facilidade de acesso a um significativo acervo bibliográfico e, presentemente, através de uma aposta na expansão do edifício da Biblioteca, mediante obra que se encontra em vias de ser lançada. Complementarmente, a investigação científica encontra-se ainda relacionada com a publicação da Revista da FDUL/ Lisbon Law Review, ultimamente com uma divulgação semestral, de onde constam vários textos, em especial de docentes e alunos, demonstrativos da investigação realizada na área científica do Direito.

Nos últimos anos, a investigação científica, sem descurar o estudo individual, muito comum entre juristas, tem estado igualmente a cargo dos cinco centros de investigação constituídos no seio da Faculdade de Direito; concretamente o CIDEEFF – Centro de Investigação de Direito Europeu, Económico, Financeiro e Fiscal, o CIDPCC – Centro de Investigação de Direito Penal e Ciências Criminais, o CIDP – Centro de Investigação de Direito Privado, o CIDP – Centro de Investigação de Direito Públi-

co e o THDULisboa – Teoria e História do Direito Centro de Investigação da ULisboa. Os referidos cinco centros de investigação, sem uma delimitação rígida e não espartilhando a interação de diferentes valências jurídicas, espelham cinco áreas do Direito, tradicionalmente cultivadas na Faculdade: Jurídico-económicas; Jurídico-criminais; Ciências Jurídicas; Jurídico-políticas; Histórico-jurídicas.

Importa salientar que mais de 50% da produção científica nacional, mormente livros publicados – incluindo teses, monografias e lições – é de autores que investigam ou investigaram na FDUL, tanto a cursar os ciclos de estudo como na qualidade de docentes da instituição.

No que respeita aos mencionados cinco centros de investigação, a Faculdade de Direito tem-se empenhado em acompanhar e apoiar a investigação científica neles desenvolvida, em variadas vertentes, assim como na relação dos referidos centros com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Prof. Doutor Pedro Romano Martinez,
Diretor da Faculdade de Direito de Lisboa

CIDPCC



O **Centro de Investigação em Direito Penal e Ciências Criminais (CIDPCC)** é a única unidade de I&D em Portugal dedicada especificamente às Ciências Criminais, acreditada pela FCT. Desenvolve um projeto de diálogo e relacionamento entre a ciência jurídica no domínio do Direito Penal e outras áreas do saber e da ciência, a fim de trabalhar criticamente os conhecimentos dessas áreas relevantes para a compreensão dos problemas atuais do Direito Penal. Para tal, segue uma metodologia científica essencialmente interdisciplinar que permita uma reconstrução dos critérios fundamentais do Direito Penal – incorporando, para além do Direito, as áreas da Filosofia, Matemática, Medicina, Neurociência, Psicologia, Sociologia, entre outras –, tendo por objetivo adquirir conhecimentos que coloquem novas questões no âmbito da responsabilidade penal e da política criminal. Estrutura-se em três grandes linhas de investigação, designadamente Modelos de impu-

tação penal e ciências do comportamento, Teoria da sociedade e responsabilidade criminal, e Internacionalização do Direito Penal e do Processo Penal e Direito Penal Internacional. Os projetos que desenvolve têm gerado um número elevado de publicações e estão na base de numerosos congressos e colóquios realizados na Faculdade de Direito. Destaca-se também a publicação periódica 'Anatomia do Crime', revista jurídica do campo das ciências jurídico-criminais.

Dá-se especial ênfase ao objetivo deste Centro de concretizar práticas inovadoras na investigação científica sobre o Direito Penal e a política criminal que contribuam para a análise crítica do sistema penal no âmbito de temas relacionados com temas relevantes no que concerne aos fundamen-

tos do Estado de Direito democrático, como sejam a violência doméstica e de género, crimes económicos e financeiros, terrorismo, crimes de ódio, Processo Penal e direitos fundamentais. Refira-se também a participação regular do Centro em pareceres sobre projetos legislativos da Assembleia da República.

A formação reveste-se de suma importância no quotidiano do CIDPCC, na medida em que vários dos seus investigadores orientam teses de Mestrado e Doutoramento e, por outro lado, um número relevante de investigadores encontra-se a realizar teses no âmbito das linhas de investigação do Centro, verificando-se estreita articulação entre a investigação e a formação pós-graduada ministrada pela Faculdade. Outro aspeto relevante é a ministração de cursos de formação avançada/pós-graduada não conferentes de grau académico, permitindo alargar a transmissão de resultados das investigações a um público não exclusivamente académico (a título de exemplo, cursos sobre Direito Penal e Medicina; Contraordenações Económicas; Law enforcement e compliance; Direito da prova e da Investigação Criminal; Regime penal e contraordenacional da proteção de dados).

Na relação do grupo com congéneres internacionais, o CIDPCC tem protocolos de colaboração com centros sediados em outros países, no âmbito de diferentes projetos de investigação, particularmente em Espanha (Málaga, Valladolid) e Alemanha (Frankfurt, Göttingen). Acresce que o CIDPCC conta com investigadores colaboradores estrangeiros que também colaboram em centros estrangeiros.



THD



O **Teoria e História do Direito, Centro de Investigação da Ulisboa** é uma Unidade de I&D nas áreas do Direito, Filosofia e História. Criado em 2013 na sequência da política de investigação e formação pós-graduada promovida na Faculdade de Direito de Lisboa no âmbito do seu Grupo

de Ciências Histórico-Jurídicas, o THD aposta numa abordagem pluralista e interdisciplinar contando com uma equipa com mais de 40 investigadores portugueses e estrangeiros, coordenados pelo Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto.

O objetivo principal da unidade é o de revisitar a história jurídica portuguesa superando o estado da arte existente através de uma perspetiva comparatista e multidisciplinar correlacionando Teoria e História do Direito e enquadrando a experiência portuguesa na história jurídica europeia de tradição romanística, transatlântica e mundial.

Em articulação direta com a disponibilização, em base de dados de acesso livre, de fontes normativas, judiciais, nota-

riais e doutrinárias, o Centro desenvolve um projeto de edição crítica de três coleções: uma coleção recolhe os textos legais, judiciais e doutrinários que foram constituindo o direito vigente em território português ou sob administração portuguesa até ao século XX. Uma segunda coleção abrange as obras dos juristas portugueses do Período Moderno – praxistas – que produziram uma vasta ciência do direito utilizada quotidianamente nos tribunais superiores nos séculos XVII, XVIII e XIX. A terceira coleção reúne as obras dos autores portugueses da Segunda Escolástica dos séculos XVI e XVII, contribuindo para a divulgação de um património lusó-



fono determinante da construção do direito público e do direito privado nos dois lados do atlântico ao longo da modernidade.

Assumindo o mote da U Lisboia – de Lisboa para o mundo, o THD-ULisboa integra-se na estratégia de inovação da União Europeia. Promovendo um projeto de investigação internacional que visa superar o estado da arte sobre a génese, consolidação e transformações da cultura jurídica portuguesa, concentrando as suas investigações no estudo dos encontros, confrontos e desencontros do caso português, no tempo e no espaço, com culturas e experiências europeias, africanas, americanas e asiáticas, em particular as de língua portuguesa. A implementação do plano estratégico do THD-ULisboa visa afirmar Portugal e a Europa como plataforma intercontinental de produção e transferência de conhecimento científico em todas as áreas da teoria e história do direito, com especial enfoque para a tradição romanística, a evolução histórica de todos os ramos do direito privado e público, a administração da justiça e as ideias políticas.

Para mais informações consulte <http://www.thdulisboa.com>

CIDPrivado



O **Centro de Investigação de Direito Privado (CIDP)** encontra as suas origens no Centro de Estudos de Direito Civil, fundado pelo Professor Inocêncio Galvão Telles, no início da década de 70 do século passado.

Já então, o Centro assumia uma clara propensão para a divulgação científica, com a publicação inédita dos trabalhos preparatórios do Livro V (Sucessões) do Código Civil.

Em 2014, o Centro reconstituiu-se como unidade de investigação e desenvolvimento, atuando com autonomia científica e administrativa como unidade não personalizada do Instituto de Direito Privado (IDP), que funciona junto da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a sua entidade pública de acolhimento.

Procurando dar resposta às preocupações atuais da comunidade jurídica, o CIDP tem-se vindo a consagrar como um agen-

te presente, ativo e amplamente reconhecido no panorama da investigação jurídica em Portugal.

O CIDP propõe-se estudar, de forma transversal e integrada, o Direito Privado português e europeu, dedicando-se a vários projetos de investigação na generalidade das áreas do Direito Privado. É notória a intensificação do seu papel na formação e divulgação do conhecimento jurídico, em todos os quadrantes da comunidade jurídica.

Do mesmo modo, o CIDP tem estimulado a integração de cada vez mais investigadores em projetos de investigação e tem registado uma crescente profissionalização da sua atividade, promovendo a investigação aplicada à prática e fomentando a colaboração com outros centros de investigação nacionais e estrangeiros de referência.

Hoje, o CIDP é reconhecido como uma unidade de investigação de excelência científica incontestável, financeiramente autónoma e sustentável. É crescente o interesse e a procura pela oferta formativa do CIDP, manifestados pela comunidade jurídica.

As atividades do CIDP são coordenadas por um Coordenador Científico, o qual é coadjuvado por uma Comissão Cientí-

fica e por uma Comissão Executiva, e a quem cabe, nos termos do Regulamento do CIDP, entre outras competências, gerir as atividades diárias do CIDP, aprovar e fazer cumprir procedimentos internos relativos à alocação e utilização de fundos e auxiliar os responsáveis pelas várias atividades do CIDP na sua execução (realização de eventos, publicação de resultados científicos e o depósito e gestão de dados recolhidos).

Sob a coordenação científica do Prof. Doutor António Menezes Cordeiro, os investigadores do CIDP organizam-se, consoante as respetivas áreas de investigação:

- **Direito Civil e do Consumo** – Coordenação: Prof. Doutor Luís Menezes Leitão
- **Direito do Trabalho** – Coordenação: Prof. Doutor Pedro Romano Martinez
- **Direito Processual e Arbitragem** – Coordenação: Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa
- **Direito Comercial, das Sociedades Comerciais e Financeiro** – Coordenação: Prof. Doutor António Menezes Cordeiro.



CIDPúblico

O **Centro de Investigação de Direito Público (CIDP)** promove a investigação nas diferentes áreas de Direito Público, sendo uma plataforma de excelência científica que reúne investigadores de Direito Público português, europeu e internacional e uma rede de colaboração científica com reputadas instituições internacionais. O CIDP conta com três Grupos de Investigação: *Direito Constitucional e Ciência Política; Direito Administrativo e Direito Internacional e Europeu.*

O CIDP, em parceria com o ICJP, é um veículo de valorização da atividade dos investigadores e alunos, através de uma dinâmica de cooperação intergeracional e, principalmente, um centro de investigação com a classificação de Muito Bom pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), aberto à sociedade civil, que apoia a sua atividade de investigação em Direito Público. As suas atividades de investigação são desenvolvidas através de colaborações e parcerias com entidades públicas e privadas.

O CIDP tem uma política de inclusão dos alunos da FDUL na sua atividade de investigação. Promove, em parceria com o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP), vários cursos e conferências que servem aqueles que procuram especialização ou introdução em variadas matérias conexas com os Grupos de Investigação.

O CIDP desenvolve a sua atividade científica assumindo como um dos vetores fundamentais o acervo de parcerias com instituições internacionais de renome, incluindo com dezenas de universidades e centros de investigação estrangeiros, incluindo, a título de exemplo, o Robert Schuman Centre for Advanced Studies, a Universidade Livre de Bruxelas, a Fundação Getúlio Vargas, a Universidade de Bolonha e a Universidade de San Diego. Além disso, as equipas do CIDP contam com investigadores e consultores oriundos de instituições de prestígio em vários países europeus, no Brasil, nos Estados Unidos da América e em Israel.

**CIDEEFF**

INSTITUTO
DE DIREITO
ECONÓMICO
FINANCEIRO
E FISCAL FDL



O **Centro de Investigação em Direito Europeu, Económico, Financeiro e Fiscal (CIDEEFF)** é uma unidade de investigação e desenvolvimento sediada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa com a cooperação de dois institutos: Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IDEEFF) e Instituto Europeu (IE).

Esta aliança interdisciplinar une investigadores de topo, portugueses e estrangeiros, no domínio do Direito e da Economia, e cria as bases para projetos científicos e de investigação orientados para as seguintes linhas de investigação:

- Governança fiscal: transparência da justiça, luta contra paraísos fiscais, planeamento fiscal agressivo, troca de informação, livre circulação de pessoas, serviços e capital, concorrência entre Estados afim de atrair investimento, patriotismo e evasão fiscal;
- Globalização, integração económica e desenvolvimento: interdependência crescente entre os Estados, o direito internacional dos recursos naturais, o papel e os efeitos do comércio internacional na sustentabilidade de recursos naturais, volatilidade do preço dos recursos naturais na perspetiva europeia e lusófona;
- Falhas de mercado numa economia globalizada: políticas públicas e soluções jurídicas para as falhas de mercado numa economia globalizada, nomeadamente através de instrumentos de mercado, tais como a política de concorrência ou uma adequada regulação e supervisão de sectores específicos, como o sector financeiro e industrial;
- Crises da UE, políticas públicas, política fiscal e o Euro: análise da crise financeira, das respostas e do novo quadro jurídico para evitar futuros choques assimétricos.

O CIDEEFF publica três revistas académicas periódicas: *INTERTAX, Concorrência & Regulação, Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*; teses académicas, *Cadernos IDEFF* e *working papers*. Patrocina-se o Prémio Professor Doutor Paulo de Pitta e Cunha, na área do Direito Europeu.

Este Centro realiza ainda eventos em parceria com instituições de I&D, empresas nacionais e internacionais e organiza cursos modulares e intensivos, além dos cursos de pós-graduação recomendados pela Ordem de Advogados em: *Concorrência e Regulação; Direito Fiscal; Direito da Contratação Pública; Procedimento e Processo Administrativo e Tributário*. Informações em: <https://www.cideeff.pt/pt/>

